

# Diário do Legislativo de 08/03/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ORDENS DO DIA

#### 1.1 - Plenário

#### 1.2 - Mesa da Assembléia

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 5 - ERRATA

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 8/3/2005

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.299, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 11 horas do dia 8/3/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 8/3/2005, em homenagem à Associação dos Avicultores de Minas Gerais - AVIMIG - pelos seus 50 anos.

Palácio da Inconfidência, 7 de março de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Biel Rocha e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2005, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes e Dinis Pinheiro e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de proceder à arguição pública do Sr. Otávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA -; apreciar o parecer da relatora, Deputada Ana Maria Resende; e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de março de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 90 e às Proposições de Lei nºs 16.368 e 16.308/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Paulo Piau e Roberto Ramos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar os pareceres, em turno único, dos Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 90 e 16.368/2005, e Veto Total à Proposição de Lei nº 16.308/2005, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de março de 2005.

Ricardo Duarte, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/3/2005

O Deputado Arlen Santiago\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, Srs. jornalistas, o que me traz a esta tribuna hoje, no início dos trabalhos legislativos de 2005, é a miopia do Governo Federal, o que ficou patente diante da derrota na disputa pela Câmara dos Deputados e o que reafirma, a todo instante, a miopia econômica.

Não é mais possível suportar a falta de visão governamental para as questões tributárias. É urgente que o Governo Federal, que se sentou sobre a atividade econômica, se levante, acabando com o estrangulamento da economia. Enquanto estivermos esmagados pela sanha arrecadadora do Governo, não avançaremos, não geraremos empregos nem renda, não promoveremos o desenvolvimento social.

O grito de alerta agora vem do segmento de veículos usados. Fundamental para o crescimento da indústria automobilística, o setor corre agora o risco de ser inviabilizado pela ações do Governo na sua eterna busca de fazer caixa.

Não vou ousar reiterar a fala do Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, em pronunciamento recente feito na tribuna do Senado, quando afirmou, com veemência, que o Governo está assaltando o brasileiro. Apesar de inflamada, a expressão não vem a ser de todo mal-empregada, uma vez que a Instrução Normativa nº 390, da Secretaria da Receita Federal, aumentou de 12% para 32% o percentual de cálculo da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e de 8% para 32% a alíquota do imposto de renda sobre a venda de veículos usados. Além do mais, a instrução criou a aberração jurídica de permitir que as operações de revenda de usados sejam equiparadas às operações de consignação, o que altera de forma significativa o fato gerador.

O resultado dessa alquimia tributária é a inviabilização de uma atividade que emprega e gera renda para milhares de brasileiros, diretamente, e para milhões, de forma indireta.

Mas ninguém enxerga isso, como também não enxerga o impacto que a falência da venda do automóvel usado provocaria na indústria automobilística. O desenvolvimento de uma tem relação direta com o crescimento da outra. A miopia oficial, a sanha arrecadadora federal não percebe que é explosiva a combinação de carga tributária elevada com juros extorsivos.

Enquanto perdurar essa combinação, o Brasil estará vivendo perigosamente. A título de ilustração, vale mencionar a entrevista publicada pela revista "Encontro", deste mês, a melhor de Minas Gerais e uma das mais conceituadas do País, brilhantemente dirigida e editorada pelo jornalista Paulo César Oliveira. O entrevistado em questão é o advogado Décio Freire, do renomado escritório José de Castro Ferreira, Décio Freire e Associados, um dos maiores do País e com representatividade mundial.

Segundo Freire, não adianta fazer reforma tributária se não for para diminuir a carga tributária. Uma crítica ferrenha refere-se à Medida Provisória nº 232, do final do ano passado. Elevando-se as alíquotas, como por exemplo a da já mencionada Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, por um lado se corrige a tabela do imposto de renda e, por outro, se tira mais 40% sobre a contribuição para empresas prestadoras de serviços, que são as grandes geradoras de emprego e renda deste País.

E são justamente essas empresas que não têm paz. Décio Freire chega a afirmar que o empresário brasileiro é um herói, por conviver com a carga tributária atual.

No último domingo, o caderno "Economia e Negócios", do "Jornal do Brasil", trouxe a matéria "Brasileiro suporta peso de 74 tributos". Após uma breve leitura, a sensação que temos chega a ser de revolta, diante do massacre tributário cometido no Brasil.

Antes de mais nada, acredito ser necessário mencionar o sistema escalonário de cobrança de impostos sobre o consumo: quanto menor a renda, maior a percentagem descontada. Por exemplo: quem possui uma renda de R\$520,00 mensais, tem subtraída uma fatia de 24,41% de seus rendimentos; quem possui salário superior a R\$13.000,00, tem subtraído 17,26%. Mas não vou entrar nesse mérito, já que a discussão sobre o tema requer mais tempo.

O mais surpreendente da matéria em questão são as inúmeras contribuições, taxas e impostos a que o empresariado é obrigado a se submeter, sob pena de ser considerado informal. Entre os dados mais espantosos, está a edição de 3 mil normas tributárias anuais, sem falar das 3.000 normas que estão em vigor, para se estar em dia com o FISCO, o que equivale a 1,5% do faturamento bruto das empresas, só com burocracia fiscal.

Outro ponto abordado chega a ser cômico, dada a quantidade de impostos desconhecidos cobrados do contribuinte. Entre eles, temos a Contribuição à Direção de Portos e Costas, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Intervivos, a Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro e até a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

Perguntarão os senhores: "Quem é o Deputado Arlen Santiago, ocupando a tribuna de uma Assembléia Estadual, mesmo com a força da Assembléia mineira, para falar sobre um assunto da esfera federal?"

Resposta simples: o que procuro, com a abordagem do assunto, é arregimentar a força política de Minas; o poder de pressão de nossa classe política para revogar essa instrução normativa que coloca em risco importantes atividades econômicas.

Segmentos que geram empregos e que fazem circular a riqueza não podem ser sufocados por medidas irracionais, que têm ainda o agravante de interferir em nosso ordenamento jurídico porque são editadas em franco desacordo com a Constituição.

Senhoras e senhores, que fique, pois, o alerta: ou a questão tributária é tratada com seriedade por meio de medidas realmente significativas e permanentes ou a economia brasileira estará fadada a entrar num retrocesso, perdendo completamente o caminho em direção ao desenvolvimento.

Gostaria também de mostrar a moção da FAEMG, que também aborda a questão do grande ônus que está pesando sobre todo o produto rural, do pequeno produtor ao maior produtor, aumentando a carga tributária do setor. Por exemplo, um produtor de 75 litros diários passará a ser tributado pelo Imposto de Renda, podendo pleitear a restituição, mas somente no ano seguinte, após a apresentação de declaração do Imposto de Renda, o que demonstra muita semelhança com empréstimo compulsório.

O fato gerador da Medida nº 232, do IR e da COFINS, não depende da renda anual do produtor rural, bastando que a renda seja superior a R\$1.164,00. O setor passará a injetar mais R\$500.000.000,00 nos cofres públicos com a medida provisória, sendo que já recolhe R\$1.500.000.000,00 anuais de Imposto de Renda.

Com a Medida Provisória nº 232, o IR passa a incidir sobre o faturamento, confundindo receita bruta com receita tributável. São situações inaceitáveis, em relação às quais o parlamento brasileiro tem que se posicionar. Hoje, são 74 tributos no País - entre contribuições, taxas e impostos -, e 300 normas tributárias são editadas anualmente, uma para cada dia do ano - entre leis complementares, leis ordinárias, decretos, portarias e instruções.

Isso equivale a 55.767 artigos, 33.374 parágrafos, 23.497 incisos e 9.956 alíneas. As empresas têm de cumprir 95 obrigações acessórias, entre declarações, formulários e guias. Sabe-se que 1,5% do faturamento das companhias é consumido com a burocracia fiscal. A carga tributária média que incide sobre o faturamento das empresas do Brasil está variando num crescente de 36% para 39,5%. Estima-se que para cada funcionário americano que trabalha na área tributária existam 15 no Brasil. Se a carga tributária de 36% do PIB se mantiver ao longo dos 10 anos, limitará o crescimento da economia a 2,5%.

Se a Medida Provisória nº 232 for aprovada, lançará os vendedores de carros usados e vários outros segmentos na clandestinidade, porque é impossível pagar 40% de contribuição e de imposto para as empresas que optam pelo lucro presumido. Encerro minha fala para que a sociedade civil organizada e todos os partidos que estão se movimentando criem essa arrancada da força de Minas Gerais, da classe política desta Assembléia, visando acabar com a sanha arrecadadora do Governo Federal, que procura inviabilizar a nossa economia. Os médios e pequenos não têm condições de contratar advogados e tributaristas para preencherem os papéis como o Governo exige.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Deputado Arlen Santiago, parabeno-o por seu pronunciamento. Hoje, no exercício da Presidência da República, José Alencar suspendeu e adiou essa medida por mais 30 dias, para que sejam discutidas algumas mudanças do Governo Federal. Isso é bom, pois demonstra o sentimento de necessidade de mudança.

V. Exa., brilhantemente, afirmou que isso não pode continuar assim. Os produtores rurais, que estão mantendo o crescimento do País, serão penalizados. O Presidente em exercício, o mineiro José Alencar, sabiamente, prorrogou por mais 30 dias a medida que passaria a valer a partir de amanhã.

O Deputado Arlen Santiago\* - Agradeço a informação do Deputado Doutor Viana, que mencionou que o Governo tenta enxergar o que realmente está ocorrendo. A medida do Vice-Presidente de adiar por 30 dias representa o tempo que nós, mineiros e brasileiros, precisamos para fazer pressão junto ao Congresso Nacional, para que não haja o drástico aumento do imposto para os pequenos produtores, os pequenos vendedores de carros usados e os prestadores de serviços.

O Deputado Edson Rezende (em aparte) - O Governo Lula assumiu o Governo com uma carga tributária de oito anos de Fernando Henrique Cardoso e quatro anos de Fernando Collor de Mello. Essa foi a carga e a dívida que ele recebeu. Por outro lado, com a mobilização da sociedade e da opinião pública, o Governo Lula se dispõe a discutir a Medida Provisória nº 232. Esse é o ponto fundamental da democracia, aproveitando-se do momento para discutir com a sociedade. Essa é a diferença. Temos de prolongar e avançar nesse aspecto, para que a sociedade seja mais ouvida. Na verdade, o Governo Lula herdou não somente a dívida, mas também os impostos para pagá-la. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Agradeço ao Deputado Arlen Santiago o aparte e cumprimento-lhe por seu pronunciamento bem-elaborado e atualizado, que mostra o que está na boca do povo.

Ouvi o Deputado Edson tentar esboçar defesa do Presidente Lula, mas posso dizer que é indefensável. Não tem jeito, a carga tributária aumentou. Lula foi eleito Presidente criticando exatamente o peso tributário sob o povo brasileiro. Chegou o momento de uma grande reflexão. Vimos o Congresso Nacional criando momentos, e essa é a hora de se questionar esse assunto discutindo-o com a comunidade. Temos a maior carga tributária do mundo. Não é possível! Quase a metade do que é produzido fica retida nos cofres dos Governos, especialmente o Federal. E o que é pior: não há contrapartida para os Estados e principalmente para os municípios. Vejo vários Prefeitos, como o de Francisco Dumont e o Carlos Mário, que recebem uma ninharia em vista do que fica retido.

Não podemos nos calar, independentemente de qualquer partido. V. Exa. está de parabéns pelo belo pronunciamento. A sociedade realmente tem de cobrar as promessas do Presidente Lula e não jogar a culpa em seus predecessores. O Presidente é ele, é ele quem tem de assumir as suas responsabilidades e os seus atos, que estão acabando com a paciência do povo brasileiro.

O Deputado Arlen Santiago\* - Concluindo, queremos agradecer os apartes dos Deputados Doutor Viana, Edson Rezende e Carlos Pimenta e dizer que a situação é realmente dramática.

A Associação Brasileira de Hospitais ingressou na justiça contra o Governo Federal simplesmente para corrigir, pela inflação, o que é pago pelo Ministério da Saúde aos hospitais. Aumentam-se muito os impostos, mas o que é destinado para atender os mais carentes, que é o atendimento hospitalar, nem sequer é corrigido pela inflação. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilberto Abramo\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tenho em mãos matéria do jornal "Hoje em Dia" e, se possível, gostaria que o câmara da TV Assembléia a focalizasse, para que o telespectador tenha noção do assunto. Ela diz o seguinte: "Direito e

Sonho de Deane". (- Lê:)

"Divulgado nesta última segunda-feira, está o caso da estudante de Direito Deane, deficiente visual que encontra sérias dificuldades para acompanhar as aulas por falta de material didático em braile ou gravado em áudio. Até agora, não conseguiu sequer ser atendida pela direção da faculdade, que nos informou que, até o momento da matéria, não tinha conhecimento da existência de uma deficiente visual."

Isso é o cúmulo da vida! Não há como acreditar, Deputado Weliton, que uma universidade diga que desconhece esse fato.

"A faculdade afirmou que a aluna não procurou os meios nem as pessoas corretas para resolver o seu caso. Entretanto, a deficiente visual Deane afirma que, desde 14 de fevereiro, tem procurado diariamente o coordenador do curso e a diretoria financeira e nunca conseguiu uma resposta, fato que vem prejudicando os seus estudos."

Esse caso chamou a minha atenção e me fez pensar que os deficientes deste País estão sendo colocados à margem da sociedade. Quanto a esse aspecto, não podemos nos silenciar, apesar de as supostas estatísticas dizerem que tudo está melhorando. Melhorando? Como pode melhorar se apenas 2,2% dos brasileiros com deficiência recebem atendimento educacional? Vejam bem, falamos somente em atendimento educacional, e não em atendimento educacional adequado, o que torna o quadro ainda mais assustador.

Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, para ser mais preciso, no Brasil há 17 milhões de pessoas deficientes, entre as quais apenas 374 mil são atendidas pela rede pública de ensino ou por instituições privadas em parceria com o Governo Federal. E, mesmo assim, ainda há restrições e dificuldades de adequação por parte desses deficientes. O problema é seriíssimo. Falta atendimento educacional para deficientes. O Estado, o município ou as instituições particulares que se propõem a dar educação têm o dever de fornecer condições verdadeiras para o deficiente estudar. Os deficientes existem. Não podemos deixá-los à mercê de uma sociedade ainda injusta! A deficiência é uma forma de diversidade social, mas nem por isso devemos nos comportar como homens de outrora ou animais irracionais, que excluem a sua própria espécie quando não se encaixam nos padrões.

Temos obrigação - quando digo temos, refiro-me não somente ao Estado, mas também aos empresários, às instituições particulares e a toda a sociedade - de promover oportunidade de inclusão dos deficientes nas escolas, nas faculdades, no mercado de trabalho e no lazer. Vivemos numa sociedade de segregação. É nossa obrigação tratar os deficientes com dignidade e respeito. Devemos fazer o que falamos! E, mais que preparar essas pessoas e integrá-las, devemos trabalhar potencializando esta missão: trabalhar pela autonomia, pela independência do ser humano, visando à sua inclusão na sociedade.

Nos tempos de hoje, é inadmissível ainda vermos casos como o de Deane, deficiente visual que deveria estar nos jornais relatando com alegria a sua inclusão na faculdade e servindo de exemplo e de estímulo aos que não avançam por medo de não obter o respaldo das instituições particulares ou do próprio Estado.

Deputadas e Deputados, devemos reavaliar e compreender os fatos, e não tapar o sol com a peneira e fingir que tudo está indo bem, porque não está. A deficiência do ser humano existe, seja mental, seja física, seja auditiva, seja visual; entretanto, a maior deficiência não se encontra nessas pessoas que possuem enorme potencial para enfrentar e encarar os obstáculos da vida. A deficiência está no Estado e nas instituições que, em parceria com o Governo Federal, não atendem às exigências dessa parcela da sociedade.

O Brasil está carente de bom-senso, de coragem, de dedicação, de compreensão e, principalmente, de justiça. Dessa forma, fica distante de um dos princípios básicos constitucionais, que devem nortear, sobretudo, a administração pública, qual seja, o princípio da eficiência.

Creio na importância da iniciativa de abraçar a causa dos deficientes, pois, muitas vezes, os médicos e técnicos nos ensinam aspectos importantes sobre adoecimento e suas conseqüências, mas não conseguem transmitir a dimensão humana e subjetiva daqueles que vivem a situação. Esse saber só pode ser transmitido por quem vive e conhece os preconceitos do dia-a-dia."

Por isso, Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento, solicitando uma audiência pública e convocando as instituições que lutam pela causa do deficiente, a fim de, com mais clareza, debatermos esse assunto. Isso é um fato. Não podemos, de maneira alguma, tratar os sintomas, mas, sim, a causa. A audiência pública é um dos primeiros passos para que isso se torne realidade.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado.

Estou ouvindo, com muito alegria, o seu valioso e valoroso pronunciamento nesta tarde.

De V. Exa., tenho certeza, só poderia esperar uma coisa, qual seja, a busca de ações efetivas dos Governos Federal e Estadual para os deficientes.

Fico muito feliz com o seu pronunciamento, Deputado Gilberto Abramo, pois, na tarde de ontem, apresentamos, nesta Casa, um projeto sobre esse assunto. Terei grande prazer em incluir, dentro do nosso projeto, essa audiência que V. Exa. acaba de propor. Nele há a proposta da criação do FUNPAE, que é um fundo destinado às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Tenho convicção absoluta de que são de responsabilidade, sim, dos Poderes Executivo, Legislativo e até mesmo do Judiciário, as ações para que a exclusão não seja uma constante. Nossa luta é para que a inclusão seja uma realidade e uma responsabilidade de nós parlamentares.

V. Exa. está de parabéns. Em decorrência do projeto que apresentamos ontem, a realização dessa audiência se faz muito importante, pois, lá, teremos a participação efetiva de todos os lidadores e classes que lutam por essa questão, como as APAEs e entidades de assistência social. Ao longo da história, essas pessoas ficam à mercê de recursos, como V. Exa. acaba de manifestar. Muitas vezes, não temos nenhum mecanismo legal que possa dar garantias à sobrevivência das nossas associações.

Gostaria que V. Exa. conhecesse o nosso projeto. Com sua valiosa presteza e atenção, quem sabe, poderemos, nesse mesmo projeto, ter uma discussão em nível maior, como queremos. Muito obrigado.

O Deputado Gilberto Abramo\* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Essas pessoas especiais só têm a ganhar com isso.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Gilberto Abramo, membro da nossa brilhante bancada, o PMDB.

Quero trazer palavras de apoio a essa audiência pública que será realizada nesta Casa.

Quando se trata de pessoas especiais, como deficientes visuais e físicos, o Brasil tem um longo caminho a percorrer até chegar a políticas públicas que não sejam para resolver problemas.

Hoje, infelizmente, no Brasil, em todos os níveis, os deficientes físicos e visuais ainda são um problema. Em muitas cidades são pessoas excluídas da sociedade.

Tenho viajado por Minas Gerais e pelo Brasil, visitando várias entidades. Em uma dessas viagens, visitei a APAE de Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano e pude ver, naquelas localidades, pessoas que descobriram a sua cidadania.

No passado, pessoas ficavam trancadas em seus lares, com sua cidadania abdicada pelo poder público, por falta de apoio, falta de uma política pública social. Temos que ter uma política pública, não para solucionar um problema da sociedade, não para solucionar uma exclusão, mas para um cidadão especial. Uma polícia que dê a esse cidadão condições de exercer sua cidadania frequentando uma escola, andando na rua e estudando, como V. Exa. muito bem disse.

Quando fui Vereador em Belo Horizonte, pude dar minha contribuição como homem público, assim como na Assembléia Legislativa. Quando Vereador aprovei uma lei que dava o direito ao cidadão portador de deficiência visual de entrar em estabelecimentos públicos com um cão-guia, aquele cachorro que ajuda o deficiente visual a caminhar, a ir e vir. À época, o Prefeito Fernando Pimentel sancionou a lei, que teve uma grande divulgação. Agora, o Governador Aécio Neves saudou a comunidade mineira, o deficiente visual, aprovando e sancionando a lei. Hoje, em Minas Gerais, o cidadão portador de deficiência visual entra e sai de qualquer estabelecimento público com um cão-guia sem ser impedido de exercer sua cidadania. Deputado Gilberto Abramo, parabéns por sua preocupação, que também é da Bancada do PMDB, da qual faço parte. Parabéns, e que Deus o abençoe nessa empreitada tão nobre.

O Deputado Gilberto Abramo\* - Obrigado. Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de mandar um abraço para a CDL, porque no final do ano passado, quando aprovamos nosso projeto para que não houvesse restrições na aceitação de cheques, a CDL nos criticou e nos responsabilizou pela inadimplência. No entanto, temos aqui a informação de que, em janeiro, um mês em que automaticamente a inadimplência cresce, ela caiu 3,1%. Então gostaria de parabenizar a CDL pelo bom trabalho. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Jô Moraes - Boa tarde, caros Deputados, queridas Deputadas. É também a primeira vez que ocupo a tribuna deste Plenário neste ano legislativo, como todos os demais, para apresentar as preocupações centrais daquilo que deve ser nossa pauta de trabalho para todo o ano e para o restante da legislatura. Acho importante que tenhamos essa visão maior, porque estamos realizando esse debate e construindo a pauta para esta Casa dentro de um contexto muito particular de crise institucional, após a eleição do Deputado Severino para a Presidência da Câmara dos Deputados. Estive em uma aula inaugural na FACISA, em um debate na UEMG e há sempre a discussão: afinal, que crise político-institucional tivemos? Queríamos começar demarcando o problema fundamental para nós. Essa crise institucional começou com a eleição do Deputado Severino em Brasília, que assume contornos absolutamente estranhos, como a inviabilidade da reunião do Colégio de Líderes em Brasília, na semana passada, quando a sala foi assaltada por 200 Deputados para participar da reunião, demonstrando o grau de queda de credibilidade da representação dos Líderes.

Nós, políticos, temos que dar uma resposta a essa questão, e não deve ser uma mera resposta de afirmação da independência dos Executivos, pois independência é algo abstrato, é uma palavra que pouco diz se não vier impregnada de uma pauta política e de compromissos que pressionem o Poder Legislativo e façam com que ele funcione frente ao debate que está se realizando nas academias, sindicatos, ruas e corredores. Apenas recuperaremos a confiança da sociedade após o dramático "tsunami" que foi a eleição do Severino se apresentarmos uma proposta política. Por isso temos que discutir a nossa proposta nacional.

A intervenção do Deputado Arlen Santiago procede, pois a política nacional orienta o País como um todo, mas é nosso dever de casa apresentar nossa pauta para o Governador do Estado. Lamentavelmente, o Deputado não pôde fazer, ao mesmo tempo, uma observação crítica ao processo da carga tributária que está tramitando em Brasília e uma crítica ao processo da carga tributária que esta Casa votou para o Estado.

Em Brasília, estamos carecendo não apenas de uma alteração na carga tributária, e queria lembrar ao Deputado Arlen Santiago, grande amigo do Norte de Minas, que nós mesmos, da base de sustentação do Governo, discordamos de um aspecto da Medida Provisória nº 232: o aumento exarcebado da carga tributária de determinados setores de serviços e já estamos flexibilizando, um compromisso do Governo Lula de excluir aquela carga tributária do setor da agricultura.

O Deputado esqueceu-se de dizer que há uma redução da taxa do Imposto de renda para beneficiar àqueles que, nos Governos anteriores, foram penalizados. A discussão tributária aqui é trancada. Fala-se muito na carga dos empresários, mas quem pagou imposto nesses últimos dez anos foram os trabalhadores, por meio de sua folha de pagamento, e os empresários do setor produtivo. Entretanto quem vive de renda não paga imposto. Não vi ninguém das elites deste País pagando carga tributária por viver da renda, como acontece com Ronaldinho na Europa, que sempre reclama do fato de pagar tanto imposto sobre sua renda.

Vamos liberar os trabalhadores e os empresários do setor produtivo dessa carga tributária, mas vamos cobrá-la dos banqueiros e daqueles que vivem da renda. Essa é uma pauta do Governo Lula, que está aberta. Essa é a diferença desse Governo, que é capaz de, apresentada uma proposta não aceita pela sociedade, recuar e absorver as reivindicações que a sociedade quer ver atendidas.

Temos outras propostas em nível nacional. É preciso reduzir juros. Nossa pauta é para o setor produtivo. Não podemos continuar nessa escalada para atender ao setor da especulação, que só nos sufoca. Temos que não renovar o acordo com o FMI - e isso o Governo Lula acabou de declarar -, porque não precisamos mais dele, e isso nos deixa mais livres para investir em infra-estrutura.

Precisamos também fazer uma campanha unificada, não para desestabilizar, como a Oposição conservadora, que tenta criar fatos nos mais simples acontecimentos para desestabilizar o Governo, mas para fazer um pacto para um desenvolvimento continuado em vez desse desenvolvimento contido que os velhos tucanos da época anterior saúdam por ser a única coisa que sabem saudar enquanto defendemos o desenvolvimento continuado.

Mas defendemos o desenvolvimento com a valorização do trabalho e com o aumento do salário real. Até que enfim, esse salário atingiu os US\$100,00, o que é insatisfatório neste momento. Iremos mais adiante. Digo isso porque, em torno dessa plataforma, deve-se constituir um governo de coalisão. A crise por que passa a Câmara dos Deputados e as instituições brasileiras tem relação com a ausência de um projeto político, e não com as picuinhas que a Oposição conservadora tenta impingir ao Governo. Mas também tem relação com a ausência da construção de um governo de coalisão, ou seja, de um governo que incorpore todas as forças políticas e de um governo de pacto. Esperamos que a Oposição conservadora pare de mexer com as coisas menores e compreenda a necessidade de assegurar a estabilidade no Governo deste

País.

Mas pretendemos mais. O nosso bloco deseja uma pauta para esta Casa e inicia solicitando ao bloco majoritário a indicação do seu Líder, já que tomamos conhecimento de que os trabalhos da Assembléia estão paralisados e de que as comissões não estão sendo formadas porque o bloco majoritário, o maior desta Casa, o de sustentação do Governo Aécio Neves, não indicou o seu Líder. Não podemos paralisar a Casa porque o bloco majoritário do Governo está com crise de identidade ou de consciência. Homens e mulheres capazes o bloco majoritário possui. Por que não indicaram o seu Líder? Pelos corredores, dizem que não indicaram porque têm outros problemas, tarefas maiores e questões a serem resolvidas. A Oposição considera fundamental que, amanhã, em respeito à dinâmica pretendida pela população deste Estado, o bloco majoritário indique o seu Líder, para que, de imediato, a Mesa tenha condição de formar as comissões permanentes desta Casa, ávidas de pauta de trabalho.

Pretendemos apresentar-lhes algumas preocupações. A Oposição deseja agilizar os trabalhos atendo-se aos grandes temas. Fiscalizaremos o resultado da equação ou da capacidade do modelo de gestão implantado pelo Governo Aécio, o famoso choque de gestão, o famoso déficit zero. A que serviram ao Estado o déficit zero, o choque de gestão e a famosa modernidade? O número de consultas aumentou? O número de estruturas especializadas aumentou? O número de escolas em todo o interior aumentou? Os salários e a possibilidade de qualificação dos professores e dos médicos aumentaram? A segurança em todo o Estado aumentou?

Caros Deputados e Deputadas, inspirando-me em uma frase do Presidente da China, digo o seguinte: para olharmos as coisas, temos de alargar a mente. Deputado Gustavo Valadares, estou disposta a alargar a mente no que diz respeito ao Governo, mas é preciso apurar a verdade dos fatos. Para isso, a Oposição necessita de dados e não de propagandas. Temos de marchar no passo do tempo. Nessa marcha, já se passaram quase três anos de Governo Aécio. Precisamos de respostas.

Além de pretender avaliar o resultado do choque de gestão, ou seja, do modelo de gestão implantado neste Estado, desejamos avaliar o PPAG e retirar-lhe as estruturas sufocantes que fazem com que não possa ser alterado. Talvez tenhamos criado um plano plurianual que não possa ser alterado no arcabouço e de acordo com a dinâmica da mudança da vida. Nós, mulheres, por exemplo, Deputada Maria Tereza Lara e Deputada Vanessa Lucas, desejamos um novo projeto estruturador no PPAG. Inseriremos um plano de políticas públicas para as mulheres, que estão inteiramente afastadas desse plano.

Evidentemente, queremos saber sobre os investimentos em infra-estrutura, pois muitos setores estão órfãos. As pequenas e médias empresas do setor mineral, por exemplo, estão a ver navios, pois é um sufoco escoar a produção por causa dos preços praticados pela CVRD, que monopoliza o segmento. O setor siderúrgico vive dificuldades, e a agricultura familiar está sem alternativas. É preciso atenção às aglomerações produtivas, que são parte do PPAG, localizadas em setores como o da informática e o moveleiro. Não há perspectivas para o vale do Jequitinhonha ou para o Norte de Minas.

Queremos essas questões na ordem do dia, o que será abordado pelo Líder da Oposição, Deputado André Quintão. É necessário o envio imediato das tabelas de carreira dos funcionários. Não adianta fazer demagogia e dizer que fez plano de carreira, se não há tabela. Até junho, todas as tabelas devem estar aqui, pois precisamos de um tempo mínimo para que a Casa possa melhorá-las e aprová-las.

Há preocupações maiores relativas à política econômica. Consideramos um êxito para Minas Gerais que a arrecadação de ICMS, em 2004, tenha aumentado 18%. É hora de o povo mineiro se apropriar das riquezas concedidas.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputada Jô Moraes, obrigado pelo aparte. Quero colocar os fatos de forma verdadeira. O choque de gestão pode ser avaliado por vários caminhos. Tenho certeza de que a defesa do funcionalismo público é uma bandeira de V. Exa. Há mais de dez anos, os servidores não recebiam os salários até o quinto dia útil do mês. Após o choque de gestão, isso passou a acontecer. Todo ano, havia uma novela para o pagamento do 13º salário. Agora, o funcionalismo o recebe até o 15º dia útil do mês de dezembro, em uma única parcela.

O Governo Federal, apoiado pelo partido de V. Exa., tem sérios problemas em rodovias federais. No Estado é diferente. Com a verba proveniente da CIDE - fruto da negociação articulada pelo Governador Aécio Neves - estão em implantação o Pró-MG, destinado à recuperação da malha rodoviária estadual, e o Pró-Acesso, para os municípios que não têm ligação asfáltica.

Agradeço seu espírito democrático e deixo um desafio: em duas semanas, a senhora deve apresentar os resultados dos dois anos de Governo Lula. No mesmo prazo, mostrarei os resultados do Governo Aécio Neves. Veremos quem está apenas no discurso e quem chega a resultados práticos. Demonstrarei que Minas cresce mais que o País. Obrigado.

A Deputada Jô Moraes - Agradeço e tenho enorme prazer de aceitar o desafio, porque o resultado do Governo Lula extrapola os pequenos números. Existe o sentido histórico de tornar este País independente, soberano, com uma política externa ampla, de articulação e contra-hegemônica. Com a integração da latinidade e a articulação com os mercados da Ásia e da África se busca assegurar a superavitária pauta de exportações.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Cumprimento V. Exa. por aceitar o desafio do nobre colega Deputado Gustavo Valadares. No dia 8 de março, comemoraremos o Dia Internacional das Mulheres, e ninguém melhor do que V. Exa. para nos representar. O nosso Governo Federal tem todas as condições de se contrapor ao que está sendo feito em Minas Gerais. Grande parte do trabalho na área social e na de políticas públicas é feito com recursos do Governo Federal.

Acrescento à sua fala a questão do IPSEMG. No Estado inteiro, por onde viajamos, os servidores públicos têm reclamado que o IPSEMG não tem prestado assistência, sobretudo no interior, porque faltam os recursos que devem ser disponibilizados pelo Governo de Minas Gerais para melhor qualidade do atendimento.

Queremos cobrar o início do funcionamento das comissões temáticas, tão importantes para a participação popular, que estão dependendo da indicação do Líder do PSDB nesta Casa. Nós, do bloco da Oposição, há mais de 15 dias estamos a postos para começar o trabalho das comissões temáticas. Obrigada.

A Deputada Jô Moraes - Obrigada. Em outra oportunidade apresentaremos a pauta da Oposição à Casa, que começa com a imediata contratação dos concursados para que haja uma dinâmica mais adequada no funcionamento do parlamento. Sr. Presidente, obrigada pela condescendência.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, é uma alegria vê-lo presidindo essa Mesa. Caros Deputados e Deputadas, órgãos da imprensa, cidadãos e cidadãs presentes, ouvi atentamente as falas dos Deputados que nos precederam e considero que Minas

também entrou na rota do crescimento nacional, principalmente em virtude de um projeto e de uma agenda nacional de desenvolvimento possibilitada pelo Governo Lula. O crescimento de 5,2% do PIB foi considerado o maior do País nos últimos dez anos, mesmo em relação aos oito anos do Governo do PSDB, deixando claro o compromisso que nós, do PT, e o Governo Lula temos para com o País e os demais partidos aliados, ao criarmos uma agenda de desenvolvimento com sustentabilidade e desenvolvimento social, principalmente.

Quanto à questão da carga tributária, de fato, se fosse fácil fazer uma reforma tributária, os Governos passados já a teriam feito. O Presidente Lula, corajosamente, começou esse debate nacional, já fez parte dessa reforma e agora continua com o debate nacional. É preciso encontrar uma mediação entre os interesses dos empresários e dos consumidores, da população brasileira, que, de maneira justa, reivindica pagar menos tributos; da mesma forma, é preciso mediar a necessidade de implantar políticas públicas a serviço da própria sociedade, o que exige muitas vezes que os Governos Municipais e Estaduais pensem nos tributos.

O Governo do Presidente Lula, ao debater com a sociedade brasileira, faz essa mediação, para que todos os agentes envolvidos no processo possam se manifestar.

Deputada Jô Moraes, eu, como novata nesta Assembléia, percebo que a paralisação vai além das comissões, no momento impedidas pelo bloco majoritário, especialmente pelo PSDB.

Apresentarei alguns questionamentos sobre o Governo de Minas Gerais. Nos últimos dias, o Governador Aécio disse à imprensa que espera o avanço do Governo Federal nas perspectivas de um governo democrático e popular, para que reproduza os resultados orçamentários que ele já conseguiu em Minas Gerais.

Analisei a execução global do orçamento federal com o orçamento de Minas Gerais. Percebi que dos R\$4.900.000.000,00 previstos para Minas Gerais no orçamento de 2004, foram liberados R\$4.700.000.000,00. Isso significa que 95,5% do orçamento de Minas Gerais foi realizado com recursos do Governo Federal. Já as emendas mineiras ao orçamento federal totalizavam R\$230.000.000,00. O valor empenhado atingiu R\$295.000.000,00, ou seja, maior que o valor inicial, significando que avançamos quanto ao proposto.

O Governador de Minas disse que reduziu em 20% o custeio da máquina pública com o choque de gestão e que o Governo Federal aumentou em 25% o custeio de sua própria máquina. Não conseguimos encontrar esse dado.

Em 2003, a despesa com pessoal foi de R\$9.300.000.000,00; em 2004, pulou para R\$10.400.000.000,00. Em Minas Gerais, houve um crescimento da ordem de 11,4%. Sabemos que o crescimento das despesas não ocorreu por causa dos salários dos servidores públicos estaduais, que continuam submetidos ao arrocho, com perdas de direitos.

O mesmo se repete quanto a outras despesas correntes, que saltaram de R\$7.100.000.000,00 para R\$7.900.000.000,00, ou seja, 11% de crescimento, apesar de considerarmos que há paralisação em muitas políticas do Governo mineiro.

O Governador critica o aumento da arrecadação federal, mas se esquece de olhar para Minas Gerais. A arrecadação dos impostos em Minas cresceu 19% - de R\$12.300.000.000,00 em 2003 para R\$14.600.000.000,00 em 2004 -, e a arrecadação das taxas cresceu 22%. Isso faz parte da execução orçamentária, já discutida pela Deputada Jô Moraes nesta tribuna.

Aproveito a oportunidade para dizer que, ao avaliar cuidadosamente a execução orçamentária do ano passado, surpreendi-me com os recursos da saúde - o percentual exigido pela Emenda à Constituição nº 29 -, objeto de tantos debates nesta Assembléia.

O Governador está dizendo que gastou 12,16% da execução orçamentária com a saúde. Encaminhamos um requerimento pedindo-lhe informações sobre isso, pois percebemos que em dezembro foram empenhados R\$365.000.000,00. Não significa dizer que os recursos foram utilizados. Na verdade, vê-se que se trata de um golpe contábil para justificar os 12,1% apresentados na execução orçamentária como gastos com a saúde. Por meio de um requerimento, perguntamos ao Governador de Minas como ele justifica esse jogo contábil para se chegar a esse valor. Observamos o Fundo Estadual de Saúde no que se refere à execução de 2004. Em relação ao SUS, houve um crédito autorizado de R\$435.000.000,00 e um valor pago de R\$385.000.000,00, portanto, 88,4%. Quanto às receitas vinculadas à União, o crédito autorizado foi de R\$157.000.000,00, e o valor pago, R\$116.000.000,00, portanto, 73,9%. Há ainda outras receitas e convênios. O Tesouro do Estado autorizou o crédito de R\$433.000.000,00, e o valor pago foi R\$101.000.000,00, ou seja, 23,2%. No total do crédito autorizado, temos R\$1.050.000.000,00, e o valor pago foi de R\$609.000.000,00, ou seja, os recursos do Estado em relação aos recursos federais representam 58%. Quanto ao repasse da União, foram autorizados R\$593.000.000,00 e pagos R\$501.000.000,00, ou seja, 84,6%. No item Tesouro Estadual foram autorizados R\$433.000.000,00 e pagos R\$101.000.000,00, apenas 23,2%.

Se considerarmos apenas o valor pago pelo Tesouro ao Fundo Estadual de Saúde, a aplicação dos recursos e serviços da saúde caem para 9,3% da arrecadação de impostos, mesmo considerando R\$317.000.000,00 de recursos da COPASA e R\$145.000.000,00 dos recursos do Fundo Financeiro da Previdência. Se não considerarmos essas duas fontes - COPASA e Fundo Financeiro da Previdência -, percebemos que, na verdade, a execução orçamentária da saúde do Governo de Minas Gerais, no ano passado, caiu para 6%. Deixo aqui o meu alerta a respeito dos problemas da saúde em todo o Estado. Os municípios podem contar com um compromisso maior do Governo do Estado para que, de fato, a Emenda à Constituição nº 29 seja verdadeiramente cumprida, como exige a Constituição.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Obrigado, Deputada Elisa Costa. Assisti ao debate realizado nas últimas reuniões. Percebo haver no Plenário, com certa frequência, uma discussão que me parece estéril entre os que se alinham automaticamente tanto com o Governo do Estado quanto com o Governo Federal. Citando Roberto Bóbio, acredito que dois monólogos não fazem um diálogo. Para nos encontrarmos à altura do que espera o povo mineiro, é preciso nos aprofundarmos, irmos um pouco além das propagandas oficiais tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal. Aliás, trata-se de duas poderosas máquinas publicitárias que alardeiam ao povo brasileiro suas conquistas. Temos de ir um pouco além dessa questão. Podemos até ter muitas dificuldades, mas é fundamental, em determinados momentos, esquecermos as colorações partidárias para, de fato, estabelecermos em Minas Gerais um diálogo político.

O diálogo pressupõe que não é justo o comportamento da base do Governo Lula, que critica o Aécio pela falta de reajuste aos servidores, mas não faz a mesma crítica ao 0,1% de reajuste sugerido como base ao funcionalismo federal.

O mesmo ocorre com a base do Governador Aécio, que critica a elevação da carga tributária no Governo Federal, mas não faz a mesma autocrítica quanto à elevação em Minas.

Insistentemente vemos, na publicidade oficial do Governo do Estado, que essa é a primeira vez, em dez anos, que se paga em dia o 13º. Pagar em dia é obrigação. Claro que, dado o quadro de dificuldades que o Governo do Estado enfrentou nos últimos anos, pagar em dia é vitória que precisa ser reconhecida. No entanto, não é verdade que o Governo atual, pela primeira vez, pagou o 13º em dia nos últimos dez anos. Isso já aconteceu em 1999, quando eu era Secretário de Administração do Estado e conseguimos pagar em dia não apenas o 13º salário de 1999, mas também parte do de 1998, pendência do Governo antecedente.

Trago essa informação porque tenho visto, com certa insistência, essa publicidade, que não procede, que não é realidade.

Deputada Elisa Costa, pela pesquisa que fizemos, 1999 foi o único ano na história de Minas Gerais - não sei depois dessa data - em que a folha anual do Estado ficou menor que a do ano anterior, sem que tivéssemos um dia de greve de qualquer categoria. Tudo foi feito com muito esforço, sem lançar, à sanha popular, o servidor público como origem dos males e dos desequilíbrios fiscais. Tudo foi feito com muita incompreensão e sem o suporte de uma poderosa máquina de mídia, já que, naquele momento, havia, contra o Governo de Minas, a poderosa máquina de mídia do Governo Federal.

Portanto, convido V. Exa. e todos os Deputados para que possamos, a favor da construção de um diálogo mais efetivo e do avanço institucional em Minas Gerais, transformar dois monólogos num diálogo construtivo, em que afirmemos nossa posição favorável à baixa da carga tributária, aqui e lá. Precisamos fazer a defesa da construção de um serviço público de qualidade para todos, com apoio ao servidor público, além de levar coerência aos nossos discursos, o que dará credibilidade a esta Casa e fará com que possamos construir, neste parlamento, um diálogo efetivo, que servirá de exemplo para o nosso País. Muito obrigado pela concessão do aparte.

A Deputada Elisa Costa - Agradeço, Deputado, as suas ponderações.

Terminando, Sr. Presidente, quero apenas dizer que, na história do País, o Governo Lula tem levado diálogo à sociedade. Ele tem buscado conversar e negociar com todos os segmentos. Por isso, há um conselho de desenvolvimento econômico e social com todos os segmentos da sociedade, buscando encontrar caminhos em comum para avançar na cidadania e na construção do nosso Brasil.

Em 2004, o Governo Federal reajustou os salários dos servidores federais de 12% a 32% numa escala histórica entre os que mais e menos deviam receber, de maneira escalonada e negociada com os servidores federais. Acredito que, em Minas Gerais, podemos caminhar para que as tabelas salariais cheguem até esta Assembléia Legislativa e possamos recuperar as perdas históricas dos servidores de Minas Gerais. Quanto aos novos reajustes para este ano, precisamos dialogar com o Presidente Lula, que está aberto às negociações.

Aceito o desafio do Deputado Gustavo Valadares de fazermos avaliação clara dos dois anos do Governo Lula e dos resultados das políticas públicas implementadas em Minas Gerais, porque grande parte delas é fruto do Governo Federal. Concordo que a população de Minas Gerais precisa de menos propaganda e mais ação política. Muito obrigada.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cumprimento aqui os ex-Vereadores de Betim Geraldo Trindade, Jair do Niterói, Marcão e João Cruz.

A presença deles aqui hoje traz uma discussão sobre a decisão do TSE com relação às últimas eleições. O PMDB, principalmente o de Minas Gerais, é favorável, em todos os aspectos, a uma ampla discussão e a uma reforma política necessária neste País. Presenciamos uma mudança de regra, que consideramos inconstitucional, uma vez que os candidatos a Vereador por esse País afora estavam preparados para cumprir uma regra preestabelecida pelo Código Eleitoral.

A Constituição Federal é muito clara no seu art. 16 quando estabelece que nenhuma mudança pode ocorrer a menos de um ano das eleições municipais. O que vimos foi justamente o contrário. Houve uma atitude do TSE desrespeitando o que determina a nossa Constituição. Por esse motivo, inúmeros Vereadores tiveram suas candidaturas prejudicadas.

Se o critério anterior fosse mantido, no caso específico de Betim, os Vereadores João Cruz, Geraldo Trindade e Jair do Niterói estariam lá hoje. Que culpa têm eles pela mudança feita na última hora? O objetivo maior da mudança seria a redução de custos nas Câmaras Municipais. Desafio qualquer pessoa a mostrar, neste Estado ou neste País, uma Câmara que tenha promovido a devolução de recursos para as respectivas Prefeituras. O que vemos é o aumento das despesas, porque existe um percentual predeterminado de gasto para cada Câmara Municipal de acordo com vários critérios já estabelecidos.

A mudança trouxe uma diminuição, sem nenhum critério, do número de Vereadores de cada cidade. Uma cidade que tem até 47 mil eleitores pode ter 9 Vereadores. Então, tanto uma cidade com 3 mil habitantes como uma com 47 mil habitantes podem ter nove Vereadores. A mudança se baseou em critérios indiscriminados, feitos na última hora, que não trouxe nenhum reflexo positivo para o quadro político deste País. Essa reforma abre um precedente. A partir dela, poderá haver uma redução do quadro de Vereadores, de Deputados Estaduais, de Deputados Federais, de Senadores. No ano passado a redução foi de Vereadores. No ano que vem, as vítimas poderão ser os Deputados Estaduais e Federais. Depois de montado o quadro, poderão vir com algum procedimento que mude o jogo depois de iniciado. Se é pelo índice populacional, por que não se determinou também a redução do número de Senadores? Será que é justo Minas Gerais ter três Senadores, assim como o Acre e outros Estados com menor população? Isso vira um verdadeiro cartel do Norte e do Nordeste, porque ali se somam políticos que trabalham em conjunto, enviando a maioria dos recursos para aquela região.

Tenho em mãos o "Jornal do Brasil", que traz uma reportagem intitulada "Vereadores - Juízes Desafiam Supremo e Devolvem Vagas". Diz aqui que nem a decisão do Supremo Tribunal Federal nem a resolução do Tribunal Superior Eleitoral conseguiram convencer postulantes a Vereador nas eleições do ano passado que não entraram nos quadros da Câmara de Vereadores. Tem aqui uma explicação muito bem fundamentada. Cita-se inclusive o caso de Recife e de outros Tribunais Eleitorais que deram posse a alguns Vereadores que estavam nessa condição.

Não somos contra a diminuição do número de Vereadores deste Estado e deste País; pelo contrário, somos favoráveis, desde que isso traga a diminuição de custos e seja feito com a transparência necessária dentro de um jogo político em que as regras sejam colocadas como determina a Constituição. Assim, entendo que será uma medida correta que deva prevalecer realmente em uma discussão ampla.

Entretanto não foram essas as condições expostas. Se prevalecesse a situação anterior, vários Vereadores - hoje ex-Vereadores na condição de candidatos - estariam atuando, e não vejo a economia que tanto se pregou. Falaram de uma economia muito grande para o País, mas não vejo nas Câmaras Municipais sinais que evidenciem uma redução de custo com a diminuição dos Vereadores, que pagaram por isso.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro colega Ivair Nogueira, precisamos aprofundar nesse tema. Vivemos uma crise política e institucional: a que se instalou na Câmara Federal. Não me refiro ao fato de o Lula falar algo ou deixar de falar, mas ao fato de a própria representatividade dos partidos estar em xeque.

O nosso próprio partido, o PMDB, tem dado um mau exemplo nos últimos dez dias, pois não definiu quem é o Líder. Há um Líder de manhã e outro à tarde. Essas artimanhas dão força para o Executivo e para o Judiciário fazerem o que era prerrogativa do Legislativo. Na verdade, o TSE extrapolou suas funções e legislou sobre a matéria.

Há sete anos, em uma reunião da Assembléia em Campo Belo, dizia que sopraram em Brasília - quando freqüentávamos bastante a Capital Federal - que havia um compromisso do Governo com o FMI, para acabar com os pequenos municípios. Todos consideraram-me louco, mas realmente o Governo esqueceu-se de que o Estado é formado de cidadãos. Estavam fazendo apenas contas financeiras. Queriam diminuir 2 mil prefeituras imaginando que assim reduziriam as contas com 2 mil Prefeitos, 2 mil Vice-Prefeitos, 18 mil Vereadores e mais um grande número de Secretários, etc. Com isso, chegavam a um número estrondoso, para sobrar dinheiro no superávit primário e pagar os juros da dívida.

Por isso tenho muitas dúvidas sobre a decisão do TSE. Será que não houve pressão externa para reduzir o número de Vereadores? Em primeiro lugar, não se cumpriu a legislação, que determina que qualquer modificação no Código Eleitoral precisaria de um ano de precedência. Isso não aconteceu.

Precisamos levantar essa discussão. O Congresso Nacional precisa acordar para suas prerrogativas, não permitindo que o TSE ou qualquer outro tribunal criem leis em cima das prerrogativas do Poder Legislativo. O Poder Executivo também tem feito excessivas medidas provisórias e hoje depende muito pouco do Congresso Nacional, como aconteceu agora na discussão da Medida Provisória nº 232, quando houve uma movimentação para a sua derrubada.

O Governo Lula, o Governo do PT, questionou bastante as medidas provisórias quando era oposição; mas, quando chegou à Presidência, viu que era necessário editá-las, pois o Congresso não funciona.

É necessário trazer essas dúvidas, e cobramos maior participação dos Deputados, na Assembléia de Minas, para cumprirmos nosso papel. E, quando queremos cumpri-lo, Deputado Ivair Nogueira, sofremos a força externa, o que mostra que estamos acovardados e colocando-nos "de quatro", para que o Executivo determine o que fará aqui no Legislativo. Precisamos acordar, pois não podemos permitir isso. Há dois anos e meio, não se instala uma CPI ou uma Comissão Especial, porque o Governo não quer e alega que lhe trará problemas. E o pior é que aceitamos e não as instalamos.

O PMDB está insistindo na CPI da Mineradora Capão Xavier, para mostrar que temos de exercer as nossas obrigações, pois é nosso papel levantar e investigar as questões e aprovar boas leis. Não temos de nos preocupar em votar muitas leis, como é cobrado pela imprensa, mas em votar leis eficazes, que realmente tragam algum benefício à população.

Deputado Ivair Nogueira, o que disse em seu pronunciamento já deveria ter sido feito há mais tempo, talvez em um período eleitoral, pois todos foram pegos de surpresa, já que a regra foi alterada de uma hora para outra. Vários companheiros, dispendo de projetos políticos, foram pegos de surpresa por uma imposição do TSE, que extrapolou as suas atividades, pois legislou sobre essa matéria, sendo que essa obrigação seria da Câmara Federal e do Congresso Nacional.

Temos de levantar essa bandeira, indiferentemente de aumentar ou de diminuir o número de Vereadores, pois essa não é a questão principal. Logicamente, desejamos que os Vereadores tenham respaldo, mas também que o TSE cumpra o seu papel, respeitando o Poder Legislativo, que precisa se fazer respeitado, pois o que está acontecendo nesta semana é realmente uma brincadeira, dando oportunidade ao Supremo e ao TSE de legislarem. Daqui a alguns dias, o próprio Executivo estará fazendo isso, já que tem emitido medidas provisórias, sabendo que no Congresso os fatos não estão acontecendo.

Isso precisa ser discutido. Não temos de esperar os fatos acontecerem, sem darmos os primeiros passos. Temos de discutir sem medo. Infelizmente, quando questionamos o Poder Executivo, somos taxados de Oposição. Todos ficam com medo de reclamar, mesmo que algo esteja incomodando, pois temem serem taxados de Oposição.

Deputado Ivair Nogueira, temos de iniciar um grande movimento em Minas Gerais, para cobrar dos políticos e de nós mesmos uma ação mais efetiva e corajosa para o fortalecimento do parlamento, pois desejamos um Poder forte e independente, que exerça o seu papel principal, o de fiscalizar e legislar.

Deputado Ivair Nogueira, ex-Líder do PMDB, essa discussão é importante. Esperamos que o nosso partido possa levantar essa bandeira, até para que isso seja incluído na reforma partidária e política que pregamos, pois sentimos que algo acontecerá na Câmara Federal. Necessitamos de uma definição clara do número de Vereadores por município e da remuneração, que tem sido sempre discutida. Os Vereadores têm de receber um bom salário e têm de desfrutar condições para exercerem a sua função. Os municípios podem apresentar condições diferenciadas, de acordo com o seu tamanho. Isso tem de estar bem claro na legislação, para evitar que o Tribunal de Contas, quando o Prefeito e o Vereador saírem, depois de 4 ou 6 anos, questione o fato de terem recebido um pouco a mais ou algo que não deveriam ter recebido. Ninguém entende nada, porque a lei é confusa.

Essa discussão é importante para que todos nós, inclusive os que já estão aqui por mais tempo, exerçamos o papel do parlamento, fortalecendo o Poder Legislativo.

Não podemos encerrar essa discussão hoje. Temos de dar-lhe seqüência. Poderemos fazer pressão no Congresso Nacional para que os nossos colegas, Deputados Federais, modifiquem a legislação, pois há dúvidas quanto à representatividade. Municípios com 1.800 eleitores ficaram com 9 Vereadores, e outro com 60 mil ficou com 10. A representatividade ficou em xeque. Temos de levar esse assunto adiante, encaminhando sugestões, podendo haver diminuição no número de Vereadores dos pequenos municípios e maior representatividade para os grandes.

Esse é o nosso posicionamento. Parabéns pelo seu pronunciamento. Já devíamos ter agido, mas ainda é uma boa hora para isso. Com essa turbulência em Brasília, seria bom levantarmos essa questão, para que não sejamos pegos de surpresa, deixando que os Tribunais superiores legissem em nome da governabilidade ou porque o Poder Legislativo, que detém essa obrigação, não estaria cumprindo o seu papel. Temos de levar essa discussão adiante.

O Deputado Ivair Nogueira - Na verdade, os Vereadores suplentes nos pedem que façamos um movimento que dê sustentação à reivindicação, que sabemos ser justa e honesta, como ocorre em outros Estados. Independentemente de discutir se há muitos Vereadores, o número foi baseado na permissão legal. Tenho certeza de que os suplentes conseguirão seus direitos. E se o resultado vier daqui a quatro anos? A justiça é morosa.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Muito obrigado. Como membro da Bancada do PMDB, solidarizo-me com a questão dos Vereadores. Trata-se de uma discussão para as esferas federal, estadual e municipal, a fim de que haja justiça social e política no País.

Apresento, ainda, um requerimento, protocolizado ontem, solicitando a formação de uma Comissão Especial para debater os problemas e apresentar propostas para a elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Deputado Ivair Nogueira, Presidente, senhoras e senhores, as regiões metropolitanas - BH e Vale do Aço - e municípios brasileiros com mais de

20 mil habitantes têm um prazo para a conclusão dos planos diretores. Se não iniciarmos um debate de um plano metropolitano, haverá problemas. Ipatinga está desenvolvendo seu plano diretor, Coronel Fabriciano e Timóteo também. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cada cidade discute seu plano. Caso não haja um diálogo integrado, cada cidade desenvolverá seu plano diretor individual, resultando conflitos metropolitanos. Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, por exemplo, têm grande desenvolvimento na área imobiliária. É preciso discutir essas questões para que juntos possamos chegar a um plano diretor metropolitano de desenvolvimento das regiões de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Não é possível a discussão individual dos mesmos, pois isso trará dificuldades para o desenvolvimento. Por isso, nobres Deputados Jésus Lima e Ivair Nogueira, convoco V. Exas., que foram Prefeitos de Betim, e os demais colegas para discutirmos um plano diretor de desenvolvimento integrado das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço.

Aproveitando o momento no qual a própria Assembléia Legislativa está discutindo os planos diretores das cidades, nesta semana iniciaremos o debate a respeito dos planos diretores das cidades, que envolverá todo o Estado de Minas Gerais. Essa discussão é necessária - e a hora é agora - para que não ocorram conflitos entre os planos diretores de Betim, Contagem, Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. E que, no caso da nossa querida Região Metropolitana do Vale do Aço, Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e adjacências possamos discutir os planos diretores metropolitanos. Há duas situações: a Região Metropolitana de Belo Horizonte e a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Trago minha moção de pesar. Os números das rodovias de Minas Gerais são tristes. Em 2004, houve 6.352 acidentes, 3.516 feridos e 238 mortos; no trecho da BR-381, que liga a Região Metropolitana de Belo Horizonte à Região Metropolitana do Vale do Aço, Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e adjacências, houve 106 mortos, quase a metade de todos os acidentes; na BR-381, no trecho que liga Belo Horizonte a Ipatinga, houve 1.925 acidentes; e, apenas no trecho entre Belo Horizonte e Nova Era, 80 pessoas morreram em 1.532 acidentes, quase 1/3 de todos os acidentes em Minas Gerais.

Infelizmente, nossa logística leva todo o desenvolvimento da região do Vale do Aço, empresas como USIMINAS, ACESITA e CENIBRA. Empresas de médio e pequeno porte tiveram sua logística afetada. A estrutura da ponte Sá Carvalho cedeu na semana passada e os motoristas que transitam com carga acima de 23 toneladas que saem de Ipatinga com destino à BR-262 até Realeza, devem entrar pela BR-116 até Iapim e depois pegar a BR-458, acrescentando 196km na viagem até Belo Horizonte.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Brasil não pode mais deixar em terceiro plano as questões de infra-estrutura viária, aérea e portuária. O desenvolvimento depende de logística. O desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço está sendo afetado por essa ponte, que está quase caindo. Os engenheiros do DNIT mediram o peso que pode passar pela ponte. Pergunto que medição é essa. Se caminhões que pesam 30t não podem passar, por que um ônibus, que pesa 20t, pode? Temo que essas pessoas estejam correndo risco de morte. Essa ponte deve ser interditada, e o Governo Federal e o DNIT têm obrigação de, não apenas, fazer sustentação em seus pilares, mas de montar uma força-tarefa. O exército foi enviado e infelizmente está instalando sua logística.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o nobre colega, Deputado Ivair Nogueira, os atuais e ex-Vereadores de Betim - João Cruz, Jair do Niterói e Geraldo Trindade -, o Vereador Marco Antônio da Paz e outras lideranças.

Deputado Ivair Nogueira, cumprimento-o pelo pronunciamento. De fato, criou-se uma situação injusta. O TSE não tinha competência para tomar a decisão. Analisamos juridicamente a decisão e concluímos que o STF não poderia tê-la tomado. A última decisão compete às próprias Câmaras e, de acordo com a Constituição Federal, deveria passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Portanto, somos solidários com os nobres e ilustres ex-Vereadores de Betim. Temos de analisar a situação criada no País. A justificativa de que a decisão reduziria gastos nos parlamentos é inócua e inverídica, porque o índice de repasse continua o mesmo. A representatividade diminui, mas, em alguns casos, o repasse aumentou.

Falo em nome do Bloco PT-PCdoB, segundo indicou o nosso Líder Deputado André Quintão. Cumprimento e solidarizo-me com todos os que estão nessa luta em busca de justiça. Independentemente das circunstâncias, temos de defender o que é justo. De fato, houve uma injustiça. Isso deveria ter sido feito com um ano de antecedência e levando-se em conta outros critérios.

Repito, solidarizamo-nos com os representantes de Betim e de outras localidades do Estado de Minas Gerais. Obrigada.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Deputado Ivair Nogueira, acompanhei sua posição a respeito da redução dos números de cadeiras das Câmaras Municipais. Recentemente, a decisão do TSE reduziu a representatividade nas Câmaras.

Aproveito o assunto para propor uma reflexão. Sempre digo que o nosso País poderá realizar todas as reformas necessárias - tributária, administrativa, previdenciária, judiciária e estadual -, mas, se não realizar a reforma do nosso sistema político eleitoral, não conseguirá avançar em outros campos. As reformas ficarão apenas no papel e não se concretizarão. Para que sejam concretizadas as reformas, que estão sendo votadas, dependemos de vontade política. E essa vontade política tem de surgir de uma legislação compatível com a realidade brasileira, que dê condições de igualdade nas disputas, que seja forte e que não permita duplas interpretações, como ocorreu no caso dos Vereadores. No final das contas, o TSE acabou legislando sobre matéria eleitoral, constituindo um verdadeiro casuísmo.

O PT, que, ao longo de sua história, sempre lutou por maior representação popular, cujas raízes estão fincadas nos movimentos populares - sindical, estudantil e dos funcionários públicos -, possui grande responsabilidade com a reforma política. O PT é o paladino da reforma política do nosso País se considerarmos que hoje ocupa a Presidência da República, os principais Ministérios e as maiores bancadas no parlamento.

Deputado Jésus Lima e Deputada Maria Tereza Lara, o PT deve aproveitar esse momento histórico e utilizar suas forças junto ao Governo Federal, aos Ministérios e ao Congresso, implementando a reforma política, a qual reputo ser a mais importante e necessária.

Não podemos continuar convivendo com esse sistema político-eleitoral, que privilegia os candidatos milionários. Na verdade, poucos candidatos têm compromisso com suas regiões de origem, buscam votos em todo o Estado. Eu, que sou um Deputado do interior, sinto na pele esse problema. A cada eleição, Deputados de outras regiões do Estado, que não têm compromisso com a região, vão lá buscar votos a peso de ouro. Temos exemplos de candidatos que se valem única e exclusivamente do seu poder financeiro para chegar a esta Casa e ao Congresso. Infelizmente fazem da política um "hobby", ou seja, um meio de satisfazer uma vaidade pessoal, ao invés de assumir o compromisso em defesa dos interesses populares.

Deputado Jésus Lima, não podemos perder essa oportunidade. Tenho certeza de que muitos Deputados Federais do PMDB pensam como eu. Ademais, estou certo de que estarão junto com o PT nesta luta, buscando a reforma do sistema político-eleitoral, sob pena de caírem no esquecimento. Caso contrário, nenhuma outra reforma poderá avançar, progredir. Precisamos de uma reforma verdadeira, que permita ao povo chegar aos parlamentos, às Câmaras Municipais, às Assembléias Legislativas, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, e não apenas uma elite, entre aspas, que consegue financiar campanha, fazendo prevalecer seus interesses por meio de "lobby" nas câmaras altas.

Deputado Ivair Nogueira, sua preocupação é justa e digna de aplauso. Realmente precisamos avançar. Estou certo de que os Deputados Federais e Estaduais do PT e do PMDB estão preocupados com essa questão. Precisamos fazer a verdadeira reforma do nosso País: a reforma do sistema político-eleitoral. Obrigado.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Ivair Nogueira. Percebo que Betim encontra-se em peso nesta Casa. Aproveito para parabenizar a cidade de Betim, os ex-Prefeitos. Aliás, trata-se da maior bancada presente em Plenário.

Senhoras e senhores, encerrando a minha fala neste momento em que aparteio o ex-Prefeito de Betim, Deputado Ivair Nogueira, afirmo que realmente a situação da BR-381 é preocupante. Agora, o problema na ponte Sá Carvalho inviabiliza o escoamento de cargas do Vale do Aço para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, São Paulo e Rio. Como cidadãos, homens de bem, políticos, devemos refletir sobre a necessidade de infra-estrutura em nível nacional, principalmente no que tange às ferrovias, cuja grande parte é controlada pelo monopólio da empresa Vale do Rio Doce. Ademais, a grande maioria das nossas estradas encontra-se em péssimas condições.

Pretendemos realizar um grande movimento na Região Metropolitana do Vale do Aço a fim de evitar que apenas se coloque um "band-aid" na ponte, pois, se assim ocorrer, novamente o escoamento da produção do Vale do Aço - de Ipatinga, de Timóteo e das empresas USIMINAS, ACESITA e CENIBRA - tornar-se-á inviável. Trata-se de grandes empresas que levam para a região do Vale do Aço o desenvolvimento, gerando emprego e renda. Esse movimento tem de partir da Assembléia Legislativa e dos Prefeitos da região. Dessa forma, poderemos evitar que apenas se coloque um "band-aid" nas pontes da BR-381, enfim, nas estradas. Juntos poderemos refletir profundamente sobre a infra-estrutura do País. Só assim o Brasil irá para a frente.

O Brasil não pode continuar pagando R\$70.000.000,00 de juros anuais, nobre Deputado Ivair Nogueira. Discute-se infra-estrutura e investimentos astronômicos de R\$100.000.000,00, e são feitas festas milionárias para anunciar as verbas, quando sabemos que são pagos aos Bancos bilhões e bilhões de reais. Assim o Brasil não irá para frente.

Com a Ponte Sá Carvalho, a Região Metropolitana do Vale do Aço está com seu desenvolvimento ameaçado. Receio que essa ponte, pela qual estão passando carros de até 20t, caia e isso inviabilize todo o escoamento de cargas da Região Metropolitana do Vale do Aço para as adjacências do Brasil e do exterior.

Iniciaremos esse movimento na cidade de Ipatinga e região. Se necessário iremos ao Presidente Lula, ao DNIT e ao Vice-Presidente, José Alencar, que está trazendo o Exército para recuperar estradas. Mas essa é apenas uma atitude paliativa, porque o Exército precisa cuidar da segurança de nosso País, não sendo a reforma de estradas sua principal missão.

Solidarizo-me com as palavras que V. Exa. trouxe a este Plenário, referentes aos Vereadores e à reforma política, tão necessária para o desenvolvimento desta Nação. Obrigado, Deputado Ivair Nogueira.

O Deputado Ivair Nogueira - Obrigado, Deputado Leonardo Quintão.

Outro grande colaborador foi o Deputado Federal Ivan Ranzolin, do PP de Santa Catarina, que deu verdadeira aula sobre a questão da redução do número de Vereadores neste País. Reitero que não somos contra a redução do número de Vereadores, como não somos contra a redução do número de Deputados Estaduais e Federais, assim como do de Senadores. Mas é preciso haver lógica, para que a aprovação ocorra com transparência e clareza, com as regras do jogo estabelecidas.

Agradeço aos Vereadores Geraldo Trindade, João Cruz, Marcão e Jair Niterói, que são hoje os porta-vozes de muitos suplentes de Vereador que perderam a condição de exercer seu papel de Vereador legitimamente, como determinava a Constituição nas regras anteriormente estabelecidas, mas que foram mudadas, trazendo prejuízos enormes. V. Exas., com a experiência que têm, não só estariam ocupando, de fato e de direito, a vaga que era dos senhores, mas também colaborando com os municípios e trazendo engrandecimento para o Poder Legislativo.

O Deputado Antônio Júlio citou algo importante. Se nós do Poder Legislativo não acordarmos para nossa verdadeira função de legislar e fiscalizar, estaremos entregando gradativamente nosso poder ao Executivo, que hoje edita medidas provisórias, faz projetos, além de nos engessar e não nos oferecer condições de exercer nosso verdadeiro papel. O Legislativo dos Estados precisa acordar e fazer um movimento que possa tornar os Legislativos municipal e estadual cada vez mais fortes e eficazes. Do contrário, serão engolidos, e o número dos Deputados poderá vir a ser reduzido, pois não faremos mais falta.

Aprovarão os projetos da forma que quiserem e não deixarão que nenhum Deputado suba à tribuna para fazer crítica construtiva e ajudar a aperfeiçoar um projeto. E o papel do Legislativo é exatamente esse. É dever dos Deputados e Vereadores colaborar para o aperfeiçoamento de qualquer projeto que venha para esta Casa ou vá para qualquer Câmara Municipal. Nós somos porta-vozes do clamor popular, que nos traz reivindicações. Nós conhecemos as bases e sabemos apresentar modificações importantes para os projetos. Não basta quantidade de leis, é necessário que existam leis a serem cumpridas.

Quero fazer um elogio muito grande ao meu Líder, Deputado Adalclever Lopes, um jovem que vem a cada dia mostrando por que ocupou a liderança do PMDB. S. Exa. ocupa essa liderança porque tem uma grande experiência ao lado do seu pai, o Deputado Federal Mauro Lopes. Ontem, ele promoveu uma reunião com o Vice-Presidente, José Alencar. Parabéns, Adalclever, pelo jantar de ontem com as presenças do Senador Hélio Costa, da bancada estadual, do Deputado Fernando Diniz e do Deputado Mauro Lopes.

Nessa reunião, fomos dizer ao Vice-Presidente da República, José Alencar, que as portas do PMDB estavam abertas para S. Exa., porque o consideramos um grande peemedebista, que já deu uma contribuição muito grande ao PMDB mineiro. Trata-se de um político articulado, competente e que tem uma grande estima pelo PMDB.

Não poderia deixar de registrar que a Medida Provisória nº 232, por intermédio do Vice-Presidente José Alencar, foi prorrogada por mais 30 dias. Se S. Exa., no exercício da Presidência, não tivesse tomado aquela iniciativa, a medida provisória já estaria em vigor, cobrando dessas pessoas que hoje reclamam e fazem movimentos País a fora pela excessiva carga tributária que existe.

Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal votarão contra a aprovação dessa medida provisória. Deputado Adalclever Lopes, não é possível que no nosso País continue essa sobrecarga tributária, a gerar desemprego e várias outras conseqüências graves.

Parabenizo V. Exa.; a Deputada Maria Tereza Lara, de Betim; o meu amigo Jésus Lima, ex-Prefeito de Betim, que contribui muito para o progresso dessa cidade e hoje, como Deputado, vem, ao lado da Deputada Maria Tereza, engrandecer o nosso parlamento. A contribuição do Deputado na Casa será fundamental, porque V. Exa. tem experiência e competência. Tenho certeza de que nós, que hoje constituímos a maior bancada estadual, poderemos contribuir para o Estado com sugestões, opiniões e apresentação de projetos. Trabalhamos pelo bem do nosso Estado, independentemente dos partidos dos quais fazemos parte.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)\* - Caro Deputado Ivair Nogueira, muito obrigado por suas palavras.

Quero lembrar que ontem a nossa Bancada estadual do PMDB foi recebida pelo Presidente da República José Alencar, em uma reunião de quase 4 horas, em que discutimos a política de Minas, a situação econômica do País e uma visão nova para 2006. Foi um grande encontro, onde matamos a saudade do nosso querido José Alencar, Presidente da República. Foi uma honra muito grande os parlamentares do PMDB serem recebidos pelo Presidente da República. A nossa bancada de nove Deputados é a mais unida da Casa. Ontem, pudemos ter uma visão clara da política econômica que nos foi passada pelo Presidente da República.

Deputado Ivair Nogueira, parabéns V. Exa. mais uma vez pela sua postura e suas observações. Tudo o que V. Exa. levantou ontem sobre a política econômica com o Presidente da República José Alencar nos possibilitou sair da reunião com uma visão mais clara e nítida. Com isso, o PMDB se fortalece e marcha firme para uma unidade cada vez maior em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Deputado Adalclever Lopes, peço a V. Exa. que leve ao nosso Presidente Mauri Torres a notícia de que o Presidente José Alencar deseja vir a esta Casa para trocar idéias com todos os Deputados mineiros, que ele considera bastante. Nossa Bancada do PMDB sugeriu que convidássemos para um almoço esse grande mineiro que vem exercendo o seu papel na condição de Vice-Presidente da República ou de Presidente, combatendo, acima de tudo, as altas taxas de juros.

A Assembléia terá enorme prazer e o privilégio de receber um grande mineiro, que vem exercendo seu papel na condição de Vice-Presidente da República e combatendo as elevadas taxas de juros, independentemente de ser Vice-Presidente e de contrariar o Presidente Lula. O Vice-Presidente José de Alencar tem sido forte, eficiente e está de parabéns. Por isso você pode ser da base do Governo, mas você não pode deixar de exercer seu verdadeiro papel, de fazer críticas construtivas e de trazer sua verdadeira colaboração para engrandecer o projeto legislativo.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/3/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Domingos Sávio

nomeando Pedro Henrique Salomé do Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando Orlando Jose Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Otávio Silva Camargo do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas;

exonerando Sueli Lisboa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Lucia Helena Apolinária da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Otávio Silva Camargo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2004

Objeto: aquisição de diversas lâmpadas.

Licitante vencedora: Prestobat Ltda.

Belo Horizonte, 7 de março de 2005.

José Geremias Costa, Pregoeiro.

### TERMO DE CONVÊNIO

Primeiro conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Além Paraíba. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TVA. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900.

## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 4/3/2005, pág. 61, col. 3, sob o título "Gabinete da Deputada Ana Maria Resende" onde se lê:

"Ana Luísa Carneiro Resende", leia-se:

"Ana Luisa Carneiro de Resende".